

Inquéritos alimentares e pesquisas de condições de vida no Brasil na década de 1930

Food surveys and surveys of living conditions in Brazil in the 1930s

Encuestas alimentarias y encuestas de condiciones de vida en Brasil en la década de 1930

Recebido: 12/04/2022 | Revisado: 20/04/2022 | Aceito: 25/04/2022 | Publicado: 28/04/2022

Caroline dos Santos Melo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7402-4676>
Universidade Federal da Bahia, Brasil
E-mail: melo96carol@gmail.com

Jamacy Costa-Souza

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4198-351X>
Universidade Federal da Bahia, Brasil
E-mail: jamacy@ufba.br

Denise Braga Dourado

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4187-4292>
Universidade Federal da Bahia, Brasil
E-mail: denise.dourado50@gmail.com

Resumo

Este artigo analisa os inquéritos alimentares e pesquisas de condições de vida realizados no Brasil na década de 1930. Trata-se de uma análise documental cuja coleta dos dados se deu em acervos de jornais na Biblioteca Nacional Digital, na Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, no site da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, na Biblioteca Digital da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos e no livro As pesquisas sobre o padrão de vida dos trabalhadores da cidade de São Paulo, no período de março a junho de 2021. Foram identificadas e analisadas cinco pesquisas: Inquérito sobre a alimentação popular em um bairro de São Paulo; As condições de vida da classe operária no Recife - Estudo econômico de sua alimentação; O padrão de vida dos operários da cidade de São Paulo; Pesquisa de padrão de vida das famílias dos operários da limpeza pública da municipalidade de São Paulo; e o Inquérito para estabelecimento do salário mínimo. Foram identificadas diferenças metodológicas entre dois grupos, um de médicos e outro de sociólogos, sobretudo quanto ao instrumento de coleta de dados: questionário pelos médicos e cadernetas pelos sociólogos. A alimentação era o principal gasto das famílias à época; e dois diferentes pontos de vista sobre o tema foram observados: econômico e nutricional. Os achados indicam ainda que os inquéritos foram, simultaneamente, produto e produtor da construção da alimentação da classe operária como um problema social no Brasil.

Palavras-chave: Inquéritos; Nutrição; Alimentação; Salário mínimo; Condições de vida.

Abstract

This article analyzes food surveys and research on living conditions carried out in Brazil in the 1930s. It is a documentary analysis whose data collection took place in newspaper collections in the National Digital Library, in the Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, on the website of the Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, in the Digital Library of the Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos and in the book Research on the standard of living of workers in the city of São Paulo, from March to June 2021. Five surveys were identified and analyzed: Survey on popular food in a neighborhood of São Paulo; The living conditions of the working class in Recife - Economic study of their food; The standard of living of workers in the city of São Paulo; Survey on the standard of living of the families of public cleaning workers in the municipality of São Paulo; and the Survey to establish the minimum wage. Methodological differences were identified between two groups, one of physicians and the other of sociologists, especially regarding the data collection instrument: a questionnaire by physicians and notebooks by sociologists. Food was the main expense of families at the time; and two different points of view on the subject were observed: economic and nutritional. The findings also indicate that the surveys were, at the same time, a product and producer of the construction of working class food as a social problem in Brazil.

Keywords: Inquiries; Nutrition; Food; Minimum wage; Life conditions.

Resumen

Ese artículo analiza encuestas de alimentos y investigaciones de las condiciones de vida en Brasil, realizadas en la década de 1930. Los datos, fueron colectados entre Marzo y Junio de 2021, en acervos de periódicos en la Biblioteca Nacional Digital, en la Revista de Archivo Municipal de São Paulo, en el sitio de la Fundación Escuela de Sociología y Política de São Paulo, en la Biblioteca Digital de la Fundación Sistema Estadual de Análisis de Datos Estadísticos y en el libro Las Investigaciones Sobre el Padrón de Vida de Los Trabajadores de la Ciudad de São Paulo. Fueran

analizadas cinco investigaciones: Encuestas Sobre la alimentación popular en un barrio de São Paulo; Las condiciones de Vida de la clase obrera en Recife - Estudio Económico de tu alimentación; El Nivel de Vida de los obreros de la Ciudad de São Paulo; Investigación de Nivel de Vida de las familias de trabajadores de limpieza pública del município de São Paulo; Y la Encuesta para establecimientos del salario mínimo. Fueran Indentificados, diferencias metodológicas entre los dos grupos, especialmente en lo que respecta al instrumento de recolección de datos: los medicos, exámen y por los sociologos cuadernos. La alimentación era el gasto principal de las familias en la época. Se identificó, dos puntos de vista: económico y nutricional. La investigación muestra, que las encuestas fueran simultaneamente producto y productor de la construcción de la alimentación de la clase obrera como um problema social en el Brasil.

Palabras clave: Encuestas; Nutrición; Alimentación; Salario mínimo; Condiciones de vida.

1. Introdução

A análise aqui empreendida contribui para o conhecimento sobre a nutrição brasileira de duas formas: identifica através dos inquéritos elementos e pontos de vista sobre a nutrição brasileira no período em que essa se constituía como um espaço social específico, no sentido Bourdieusiano do termo (Bourdieu, 2012); e coloca em questionamento a afirmação contida em vários textos que atribuem ao médico pernambucano Josué de Castro a primazia deste tipo de investigação no Brasil e o seu uso para subsidiar a formulação da Lei do Salário Mínimo (Fogagnoli, 2018; Menezes & Osório, 2009; Rodrigues, 2009; Vasconcelos, 2007).

Os inquéritos e pesquisas de padrões de vida estão associados às iniciativas de compreensão das condições de vida das classes operárias na Europa desde o século XIX, até a década de 1940 (Callegaro, 1982; Desrosières, 2008; L’huiser, 2017). Um exemplo é a pesquisa publicada em 1857 pelo estatístico e economista alemão Ernst Engel. Contraopondo-se à teoria malthusiana, Engel identificou que a participação da alimentação nas despesas diminui à medida que a renda aumenta (Desrosières, 2008). No Brasil, também há registros de estudos pouco sistematizados sobre as condições de alimentação da população desde o século XIX, tendo sua origem ainda na Primeira República (1889-1930) sendo conduzidos pelos chamados “demógrafos-sanitaristas” (Camargo, 2011). Mas os inquéritos, que pressupõem coleta e análise sistematizada dos dados, foram realizados a partir dos anos 1930 (Vasconcelos, 2007).

No Brasil, a década de 1930 foi marcada por profundas transformações políticas e sociais. Com o golpe de Estado liderado por Getúlio Vargas e o surgimento da chamada Era Vargas (1930 a 1945), o país foi palco de mudanças, principalmente no que se refere à industrialização e nas políticas voltadas para o trabalhador e as relações capital-trabalho (Pontes, 2015). Em consonância, foi incorporado no debate nacional a necessidade de se estabelecer um valor mínimo para o salário. A partir de recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Assembléia Nacional Constituinte de 1934 discutiu o tema, formulando o conceito de salário mínimo (SM) e reconhecendo a necessidade e os desafios na execução de censos demográficos para esse fim (Anais da Assembleia Nacional Constituinte de 1933-1934). As comissões para fixação do seu valor foram instituídas pela Lei 185, de 14 de janeiro de 1936; segundo a qual a remuneração deveria ser capaz de suprir as necessidades dos trabalhadores quanto à habitação, vestuário, transporte, higiene e alimentação (Anais da Assembleia Nacional Constituinte, 1935; Brasil, 1936; 1938). Foi sob essa contingência histórica, produto do encontro de interesses de agentes e instituições dos campos burocrático, político e científico, que foram realizados os inquéritos que serão aqui analisados, inclusive com dois deles assumindo textualmente o objetivo de fomentar a determinação do valor do SM (Brasil, 1946; Lowrie, 1938).

Trata-se de um período onde se evidencia a construção social da alimentação do trabalhador como um problema de Estado, no sentido que lhe dá Patrice Pinell (2011); tendo, entre outras justificativas, o aumento da produtividade mediante um aporte energético correspondente ao esforço despendido (Moscoso, 1936; 1939). Ademais, os inquéritos sobre a alimentação, principalmente da classe operária, serviriam de instrumentos para a compreensão (e controle) dos hábitos alimentares e a constatação da fome vivenciada no país (Moscoso, 1939).

Os autores que investigaram a problemática alimentar naquele período, embora tenham tratado de alguns dos inquéritos,

o fizeram de modo incompleto, inclusive apontando um pioneirismo do médico Josué de Castro, fato que não foi possível atestar (Dourado, 2020; Fogagnoli, 2018; Menezes & Osório, 2009; Rodrigues, 2009; Vasconcelos, 2007). Buscando preencher essa lacuna no conhecimento, buscou-se responder às seguintes questões: a) quais foram os inquéritos alimentares realizados no Brasil no período anterior à fixação do salário mínimo? b) quais foram os métodos utilizados para obtenção desses levantamentos e seus principais achados? e c) o que deles pode se depreender daquele momento da nutrição brasileira? Deste modo, o objetivo foi analisar os inquéritos alimentares e pesquisas de condições de vida realizados no Brasil no período de 1930 a 1939.

2. Metodologia

Este estudo analisa os inquéritos alimentares e pesquisas de condições de vida realizados na década de 1930 no Brasil. Trata-se de uma análise documental que faz parte de um projeto de pesquisa científica de natureza sócio-histórica, intitulado “Sociogênese do espaço de formulação de políticas de alimentação e nutrição no Brasil”, cujo objetivo geral é “Analisar a gênese do espaço de formulação das políticas de alimentação e nutrição no Brasil” ancorado na sociologia reflexiva de Pierre Bourdieu.

Foram incluídos os estudos realizados no Brasil que continham informações levantadas sobre a alimentação da população. Para a coleta dos dados, foram realizadas buscas no período de março a junho de 2021 em acervos de jornais da época disponíveis na Biblioteca Nacional Digital, na Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, no site da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), na Biblioteca Digital da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos (SEADE) e no livro *As pesquisas sobre o padrão de vida dos trabalhadores da cidade de São Paulo* (Del Vecchio & Diéguez, 2008). Foram utilizadas as seguintes palavras-chaves: inquérito; alimentação; inquéritos alimentares e condições de vida.

Identificou-se cinco pesquisas na íntegra e selecionadas para serem analisadas. Sendo elas: Inquérito sobre a alimentação popular em um bairro de São Paulo; As condições de vida da classe operária no Recife - Estudo econômico de sua alimentação; O padrão de vida dos operários da cidade de São Paulo; Pesquisa de padrão de vida das famílias dos operários da limpeza pública da municipalidade de São Paulo; e o Inquérito para estabelecimento do salário mínimo.

Após a coleta, os dados foram sumarizados em uma matriz, classificando-os por autores, ano de publicação, título, ano de realização do trabalho, objetivos, local do estudo, população alvo, quantitativo de participantes e metodologia utilizada. Foram analisados os procedimentos metodológicos, observando suas semelhanças, diferenças, limitações em relação aos métodos de aplicação das pesquisas e as variáveis analisadas em cada estudo. Posteriormente, foram verificados os principais achados e comparados entre si.

3. Resultados

No Quadro 1, observa-se uma breve explanação sobre a metodologia utilizada, nota-se que em três deles empregou-se o método de questionários e, em dois, o método das cadernetas. Além disso, em dois estudos foi utilizado o nome inquérito, nos demais foram utilizados termos como padrão e condições de vida. Outro aspecto que pode ser observado com os títulos é o público alvo: majoritariamente a classe operária.

3.1 Inquérito sobre a alimentação popular em um bairro de São Paulo – 1932 a 1933 (Souza et al., 1935)

Este estudo foi publicado em 1935 no Boletim do Instituto de Higiene de São Paulo. A condução da pesquisa foi liderada por pesquisadores daquela instituição, os médicos Geraldo Horácio de Paula Souza (então diretor), Antônio de Ulhôa Cintra e Pedro Egídio de Carvalho, com a hipótese de que existia, no Brasil, além de uma fome quantitativa, referente ao valor energético ingerido, a fome qualitativa, devido à deficiência na ingestão de proteínas e minerais como o cálcio (Souza et al., 1935).

A coleta de dados foi realizada pelas educadoras e alunas do curso de educadores sanitários do Instituto de Higiene entre os anos de 1932 e 1933. Dois formulários foram utilizados, um sobre as condições de habitação e situação econômica, e outro sobre consumo alimentar (Souza et al., 1935).

Os resultados indicaram uma renda média mensal por pessoa de Cr\$ (cruzeiros) 100,00, calculada por 454 famílias. Quanto às despesas, os gastos e a renda eram iguais em 89% das famílias. A distribuição dos dispêndios está relacionada na Tabela 1. Os gastos destinados à alimentação foram especificados em 237 fichas (Souza et al., 1935).

Quadro 1. Inquéritos alimentares e pesquisas de condições de vida realizados no Brasil na década de 1930.

Autor (es) /Ano de publicação	Título	Ano de realização do estudo	Objetivos	Local do estudo	População alvo / Quantitativo	Metodologia
Paula Souza; Ulhôa Cintra; Egídio de Carvalho, 1935.	Inquérito sobre a alimentação popular em um bairro de São Paulo	1932 e 1933	Investigar o consumo de proteínas e minerais da população estudada.	Cidade: São Paulo. Bairro: Pinheiros.	454 famílias Média de habitantes por domicílio: 5,2	Aplicação de dois questionários, um sobre a situação econômica e de habitação e outro sobre o consumo alimentar.
Josué de Castro, 1935.	As condições de vida da classe operária no Recife - Estudo econômico de sua alimentação	Entre 1932 e outubro de 1934	Conhecer as condições de vida, sobretudo as condições de alimentação, da classe trabalhadora urbana (que, segundo o autor, constituía a maior parte da população).	Cidade: Recife. Bairro: três zonas (A, B e C) correspondentes aos bairros Torre, Encruzilhada e Santo Amaro.	500 famílias, aproximadamente; Média de habitantes por domicílio: 5,17	Aplicação de um questionário com quesitos sobre renda, alimentação, habitação, vestuário e outros.
Horace B. Davis, 1935.	Padrão de vida dos operários da cidade de São Paulo	Abril a junho de 1934	Examinar minuciosamente o regime alimentar de certo número de famílias operárias para determinar o seu valor e a influência dos hábitos nacionais de consumo.	Cidade: São Paulo. Bairro: 39 bairros da cidade, com maior representatividade do Ipiranga, Cambuci e Bela Vista.	Famílias operárias, 221 famílias Média de habitantes por domicílio: 5,42	Aplicação de um questionário inicial e entrega de cadernetas para registro de rendimentos e diferentes despesas durante um mês.
Samuel Lowrie, 1938.	Pesquisa de padrão de vida das famílias dos operários da limpeza pública da municipalidade de São Paulo.	Novembro e dezembro de 1936, e janeiro, fevereiro, abril e maio de 1937.	Conhecer as condições de vida da classe operária a fim de fixar os valores do salário mínimo.	Cidade: São Paulo.	Famílias de funcionários da prefeitura - limpeza pública. Aproximadamente 310 famílias Média de habitantes por domicílio: 4,89	Grupo previamente escolhido. Foi aplicado um questionário inicial e entregues cadernetas para registro de todos os rendimentos e despesas durante um mês.
Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), 1946.	Inquérito para estabelecimento do salário mínimo.	1936 e 1937	Conhecer as condições de vida dos trabalhadores, identificar os salários de menor valor e as respectivas atividades exercidas. Informar quais os percentuais destinados a cada necessidade que o SM deveria suprir.	Censo Nacional: 1.017 municípios brasileiros. Estabelecimentos participantes do censo – categorias mais representativas: comércio, indústria, agricultura, diversos, e pecuária.	Trabalhadores participantes de diferentes segmentos: Nº de participantes do inquérito/censo: 833.855	Um questionário para coleta de dados sobre localização e caracterização dos empregadores, salários pagos, bonificações e informações sobre os empregados. Um segundo questionário foi referente às condições de vida dos trabalhadores: situação econômica, alimentação, condições de habitação, higiene e vestuário.

Fonte: Autores com base nos estudos (Souza et al., 1935; Castro, 1935; Davis, 1935; Lowrie, 1938; Brasil, 1946).

Tabela 1 – Gastos despendidos com alimentação, habitação e vestuário e sua porcentagem em relação à renda

Item	Número de famílias	Valor médio por pessoa mensalmente (Cr\$)	Porcentagem em relação à renda (%)
Alimentação	237	35,50	48,4
Habitação	223	18,20	21,8
Vestuário	223	11,70	15,8

Fonte: Souza et al. (1935).

O consumo alimentar foi analisado a partir do cálculo do consumo diário de cada alimento (carne, leite, ovos, arroz, feijão, pão, batata, queijo, massas e legumes) por família. A maior parte das informações foram obtidas segundo os valores gastos com a aquisição dos alimentos e não às quantidades adquiridas; com isso, foi necessário chegar à equivalência dos valores em dinheiro em relação ao peso dos gêneros alimentícios, conforme os preços de cada item informado em algumas fichas e/ou comparando com os preços em estabelecimentos como feiras e armazéns. Para analisar quanto cada membro da família ingeria, calculou-se a média. Todavia, isso implicou em colocar indivíduos de diferentes faixas etárias no mesmo patamar de consumo (Souza et al., 1935).

Como considerações finais, tendo em vista os preços elevados dos alimentos, sobretudo da carne e do leite, os autores mencionaram que os representantes das indústrias poderiam contribuir para baratear o valor desses alimentos através de alterações a nível industrial e comercial. Além disso, ressaltaram que os poderes públicos poderiam realizar ações para mudar a situação alimentar da população (Souza et al., 1935).

3.2 As condições de vida da classe operária no Recife - estudo econômico de sua alimentação (Castro, 1935)

Este estudo é considerado pela literatura como pioneiro no Brasil (Vasconcelos, 2001; 2007; Fogagnoli, 2018); o que não foi possível atestar. O médico Josué de Castro se propôs a conhecer as condições de alimentação da classe trabalhadora no Recife, com a contribuição do Departamento de Saúde Pública de Pernambuco. Na publicação, disponibilizada pela Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, não constam os anos em que a coleta de dados teve início e fim. No entanto, Del Vecchio & Diéguez (2009), citando uma versão publicada pelo Departamento de Saúde Pública de Pernambuco, informaram que o inquérito foi finalizado em outubro de 1934 e publicado em 1935.

O estudo foi voltado para o conhecimento das condições de vida, sobretudo quanto à alimentação, da classe trabalhadora urbana (que, segundo o autor, constituía a maior parte da população da cidade). Foi elaborado um questionário para ser aplicado às famílias da classe operária. As respostas foram registradas por visitadoras de diversos centros de saúde. O levantamento foi realizado em três zonas intituladas A, B e C, correspondentes aos bairros Torre, Encruzilhada e Santo Amaro (Castro, 1935).

Foram registradas informações quanto ao endereço, profissão, estado civil, quantidade de pessoas residentes no domicílio, salário médio e outras rendas (caso houvesse). Quanto às despesas com alimentação, deveriam ser descritos os alimentos adquiridos, quantidades e valores. As condições de habitação também foram investigadas; nesse sentido, deveriam ser informados os gastos com os seguintes itens: aluguel, energia elétrica, carvão e/ou água. O questionário também contou com o

tópico vestuário (gastos semestrais com esse item). Havia, ainda, espaço destinado à descrição de outros tipos de gastos, caso existissem (Castro, 1935).

O estudo englobou 500 famílias, totalizando 2.585 pessoas, com 5,17 habitantes por residência, em média. Os valores dos salários foram registrados por dia e a média foi de 3\$700 (mil réis). A distribuição das despesas está elencada na Tabela 2. Os gastos com alimentação corresponderam à maior parte dos dispêndios, em média 71,6% dos custos (Castro, 1935).

Tabela 2 – Condições de vida da população operária do Recife – Distribuição de gastos.

Zonas	Alimentação	Habitação	Água e luz	Várias
A	72%	12%	9%	7%
B	69%	11%	9%	11%
C	74%	6%	10%	10%
Médias	71,6%	9,6%	9,3%	9,3%

Fonte: Castro (1935).

Castro calculou o valor energético total dos alimentos relatados a partir das tabelas brasileiras de composição de alimentos de Alfredo Andrade e o valor médio foi de 1.646 quilocalorias. Em sua avaliação, o autor se baseou nas Leis de Pedro Escudero e concluiu que o valor energético das refeições era insuficiente e, quanto à avaliação qualitativa, chegou à conclusão de que o padrão alimentar observado sofria carências de vitaminas e minerais.

3.3 Padrão de vida dos operários da cidade de São Paulo - abril a junho 1934 (Davis, 1935)

Essa pesquisa foi realizada por membros da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSPSP), liderada pelo sociólogo e professor da instituição, Horace Davis. Houve uma parceria com o Instituto de Educação da Universidade de São Paulo e com o Instituto de Higiene (com a colaboração dos médicos Paula Souza e Ulhôa Cintra). O relatório foi publicado em 1935 pela Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. Dentre os seus objetivos constava “examinar minuciosamente o regime alimentar de certo número de famílias operárias para determinar o seu valor e a influência dos hábitos nacionais de consumo.” (Davis, 1935, p. 115).

A coleta foi realizada inicialmente por alunos da ELSPSP, aos quais se juntaram posteriormente discentes da classe de sociologia do Instituto de Educação e educadoras sanitárias do Serviço de Higiene e Educação Sanitária Escolar. Foram investigadas 221 famílias de 39 bairros da cidade, com maior representatividade do Ipiranga, Cambuci e Bela Vista. A seleção dos bairros foi por conveniência da equipe de coleta, sendo exigido apenas que as famílias fossem “tipicamente operárias” e selecionadas ao acaso (Davis, 1935).

Neste trabalho, o autor optou pelo uso de cadernetas, que deveriam ser preenchidas durante um mês. Porém, isso foi uma limitação nas casas onde não havia pessoas alfabetizadas; entretanto, os pesquisadores e vizinhos auxiliaram essas famílias, com visitas quase diárias no início da coleta. Na visita que antecedeu a coleta, foi realizada uma avaliação da situação familiar quanto à renda e aos gastos. Com isso, foi possível comparar e verificar se havia grande variação entre as informações inicialmente relatadas e àquelas registradas posteriormente nas cadernetas (Davis, 1935).

Foram investigadas 221 famílias, totalizando 1.198 pessoas, sendo 435 menores de 13 anos; 21% dos membros das famílias com idade igual ou superior a 13 anos não eram alfabetizados. O autor informou que foram recolhidas 116 cadernetas;

dessas, 39 não puderam ser analisadas por não conterem informações satisfatórias e outras 4 não foram incluídas devido à ausência de tempo; restando 73 cadernetas (Davis, 1935).

A renda média mensal entre as 221 famílias foi de 385\$ (mil-réis). O salário recebido era praticamente a única fonte de renda e Davis observou uma relação entre a renda e o tamanho da família.

Quando o número de pessoas na família atinge a seis, acentua-se muito a tendência para o aumento da renda. Ao mesmo tempo as despesas crescem pouco a pouco, de modo que a renda por adulto-equivalente tende a diminuir à medida que o número de pessoas na família aumenta. (Davis, 1935, p. 130)

Sobre a distribuição das despesas, o valor médio mensal gasto com aluguel foi de 90\$ e 21 famílias relataram não pagar aluguel. Os gastos com alimentação representaram 51% das despesas. O autor mencionou a Lei de Engel e discorreu sobre a observação de que os dados identificados na pesquisa se relacionavam com essa Lei empírica (Davis, 1935).

Quanto ao padrão alimentar, foram aproveitadas as cadernetas de 75 famílias, avaliado o valor calórico e comparado com fatores econômicos. Ademais, buscou-se verificar os grupos de alimentos consumidos, em especial o do leite (Davis, 1935).

Para análise do consumo energético, o autor utilizou tabelas de composição de alimentos fornecidas pelo médico Paula Souza, do Instituto de Higiene, e introduziu o conceito de adulto-equivalente, de acordo com uma tabela de unidades *Fammain*, que corresponde a “uma unidade que define as despesas da família com alimentos e manutenção de acordo com a idade de seus membros” (Davis, 1935, p. 140), que consiste no uso da média ponderada, em contraste com a média aritmética adotada em outros estudos (Castro, 1935; Souza et al., 1935).

O valor energético médio calculado foi de 3.235 quilocalorias. Os alimentos mais consumidos foram pão, arroz e macarrão. Os gastos com leite, queijo, vegetais e frutas foram menores do que com carne magra, peixe e ovos. Foi observado ainda que os gastos destinados à compra de pão e cereais decrescia conforme o aumento da renda, ao passo que a compra de carnes aumentava (Davis, 1935), evidenciando uma relação direta entre o aumento da renda e a melhoria nutricional no padrão alimentar.

3.4 Pesquisa de padrão de vida das famílias dos operários da limpeza pública da municipalidade de São Paulo - 1936 - 1937 (Lowrie, 1938)

Este estudo foi também conduzido na ELSPSP, pelo sociólogo e professor Samuel Harman Lowrie, na Subdivisão de Documentação Social e Estatísticas Municipais (Divisão de Documentação Histórica e Social de Departamento de Cultura) e disponibilizado no livro “As pesquisas sobre o padrão de vida dos trabalhadores da cidade de São Paulo” (Del Vecchio & Diéguez, 2008).

O estudo tinha o intuito de fornecer dados para subsidiar a fixação dos salários mínimos e a coleta foi realizada entre novembro de 1936 e maio de 1937. A escolha pelo grupo de trabalhadores foi orientada tendo em conta a facilidade de acesso, já que se tratava das famílias de funcionários da prefeitura; e por serem aqueles com a menor remuneração na cidade (Lowrie, 1938).

O chefe da Divisão e outros funcionários da prefeitura cederam informações (nome, endereço, espécie de trabalho e nacionalidade) sobre os operários. Com isso, foi traçado um mapa e os pesquisadores foram a campo. A metodologia utilizada consistiu em visitas aos domicílios dos operários. De forma semelhante ao estudo de Davis (1935), inicialmente foram aplicados questionários para um primeiro registro sobre as famílias e suas condições de vida. Também foram fornecidas cadernetas para que pudessem registrar sua renda e seus gastos diários durante o período de um mês (Lowrie, 1938).

O pesquisador responsável coletava informações sobre a quantia em dinheiro que a família dispunha no momento (e se existiam dívidas) no dia em que a caderneta era entregue e no final do período do levantamento. Realizava também um registro

dos gêneros alimentícios, artigos de limpeza e combustíveis na residência. A princípio as visitas eram praticamente diárias, para sanar possíveis dúvidas e melhorar a confiança dos participantes. Em 11% das famílias não havia nenhuma pessoa alfabetizada em casa (vizinhos ajudaram no preenchimento das cadernetas). Posteriormente, as visitas eram feitas ao menos duas vezes por semana (Lowrie, 1938).

Uma limitação foi o preenchimento incompleto de algumas cadernetas; fato atribuído a uma possível falta de confiança dos participantes em expor seus ganhos e gastos. Outro motivo seria por não saberem exatamente a distribuição das despesas que não eram fixas, como alimentação, vestuário, transporte e combustíveis. Foram recolhidas 465 cadernetas, mas para a análise foram aproveitadas 306. Em relação aos gastos com alimentação, as limitações do estudo foram: algumas famílias recusaram-se a avaliar os gastos; em outros casos, itens de limpeza, fumo e/ou outros produtos adquiridos em armazéns podem ter sido mencionados junto com alimentação, já que eram frequentemente comprados nos mesmos locais. Segundo o estudo, algumas vezes as informações foram repassadas de forma incorreta conscientemente, pois uns imaginavam que se subestimassem seus gastos e demonstrassem viver em condições de elevada vulnerabilidade haveria urgência no aumento das remunerações. Enquanto outros superestimaram suas despesas, considerando que por terem gastos maiores que a renda, o aumento dos salários seria adiantado (Lowrie, 1938).

Embora famílias em que nem todos os membros trabalhavam pudessem participar da pesquisa, aqueles que não contribuíam para a renda familiar e/ou possuíam gastos à parte foram incluídos em categorias de pensionistas, inquilinos, ou alguma outra de sua preferência. Além disso, limitou-se, de modo geral, a participação de famílias com número maior do que dois membros considerados pensionistas. Outro detalhe: caso houvesse mais de uma pessoa da família trabalhando na limpeza pública, aquele que recebia o maior salário era considerado como chefe da família (Lowrie, 1938).

Participaram 1.496 indivíduos considerados como membros da família e 34 incluídos na categoria de pensionistas, totalizando 1.530 pessoas, o que correspondeu a uma média de 4,89 membros por família e a renda média do chefe de família foi de 252\$2 e a média da renda total familiar foi de 400\$6 (mil réis) (Lowrie, 1938).

A distribuição dos gastos de aluguel, energia elétrica e água foi avaliada em conjunto. Fumo, transporte e mobília foram considerados separadamente. Houve ainda uma categoria referente aos gastos diversos, intitulada “Despesas extraordinárias” (Lowrie, 1938).

Para análise dos dados, as famílias foram divididas entre as que possuíam moradia própria e as que pagavam aluguel. Além disso, foram estabelecidas diferentes faixas de renda, então, dentre as diferenças observadas, notou-se que para alimentação, vestuário e aluguel os gastos eram proporcionalmente maiores nas famílias de renda inferior, e somados correspondiam a 93% das despesas; enquanto nas famílias de renda maior, esses itens correspondiam a 79% das despesas. Quanto ao desembolso específico com alimentação, embora as famílias de maior renda gastassem mais, o peso desse item (em percentual) nos orçamentos das mesmas era inferior: 44% nas de renda maior contra 59% nas famílias que recebiam menos (Lowrie, 1938).

Quanto às famílias que residiam em domicílio próprio, para tentar equiparar a distribuição de percentuais de despesas entre os grupos, buscou-se considerar o valor locativo das residências. A distribuição de gastos foi semelhante à do outro grupo (Lowrie, 1938).

Os principais alimentos que faziam parte do padrão alimentar das famílias pesquisadas foram o pão, arroz, carne de vaca, açúcar e banha. Em menor quantidade: leite, feijão, azeite, café, batata, macarrão, ovos e toucinho. Para os alimentos cujas quantidades não foram devidamente anotadas nas cadernetas, utilizou-se a dedução segundo os valores médios de outras quantidades registradas (Lowrie, 1938).

Uma limitação em relação aos alimentos consumidos foi a dificuldade de calcular o valor energético total. Alimentos como frutas, vegetais, ovos e bebidas não entraram no cálculo, pois não foi possível chegar a valores aproximados de suas quantidades devido à inexatidão dos registros. Apesar dessas ressalvas e suas implicações, calculou-se a composição da

alimentação, tendo como base um adulto-equivalente. Como referência, o autor utilizou a tabela de Best e Taylor, *Physiological Basis of Medical Practice*, de 1937, e *Applied Physiology*, de Wright, publicada em 1935. Dessa forma, chegou-se ao total de 3.400 quilocalorias, 110 gramas de proteínas, 90 de gordura e 530 de carboidratos. Para Lowrie (1938), essa estimativa demonstrou que aparentemente a dieta do grupo pesquisado era normal em termos energéticos e de nutrientes, embora alimentos como leite e vegetais não fossem consumidos nas quantidades recomendadas.

3.5 Inquérito básico para a fixação do salário mínimo - 1936 a 1937 (Brasil, 1946)

Este inquérito teve abrangência nacional e foi operacionalizado segundo uma dinâmica que envolvia 22 comissões, responsáveis pela fixação dos valores do SM para cada região no Brasil (20 estados, o Distrito Federal e o Acre). As comissões podiam ter de 5 a 11 componentes, número a ser estabelecido pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), sendo eles representantes dos empregadores e empregados, eleitos por seus respectivos sindicatos, associações ou instituições reconhecidas legalmente. Além disso, cada comissão contava com um presidente nomeado por decreto do Presidente da República (BRASIL, 1936).

Estabeleceu-se, então, a realização de um inquérito censitário no intuito de conhecer as condições de vida dos trabalhadores, identificar os salários de menor valor e as respectivas atividades exercidas. Posteriormente, as comissões deveriam informar quais os percentuais destinados a cada necessidade que o SM deveria suprir (Brasil, 1936). Para isso, o Departamento de Estatística e Publicidade (DEP), do MTIC, ficou responsável por encaminhar às comissões do SM o material e as instruções para aplicação do inquérito (Brasil, 1938).

Segundo o documento “Alguns aspectos da política do salário mínimo”, do MTIC (Brasil, 1946), de acordo com o planejamento da chamada Assistência Técnica do DEP, deveriam ser identificados os menores salários, com o limite de até Cr\$ 400,00 (cruzeiros).

Foram diferenciados os tipos de remuneração entre salários a seco (pagos apenas em dinheiro, sem bonificações), salários com bonificações, salários pagos a aprendizes e principiantes e salários mínimos pagos a trabalhadores adultos. Foi elaborado um questionário para coleta desses dados, cujos elementos foram referentes à localização e caracterização dos empregadores, os salários mais baixos pagos a partir de declaração, informações quanto ao número total de trabalhadores empregados, daqueles que eram pagos com os menores salários declarados e em relação ao total da folha de pagamento, valor pago com bonificações (alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte) e quantidade de funcionários beneficiados por elas (Brasil, 1946).

Um segundo instrumento foi elaborado visando caracterizar as condições econômicas familiares englobando os seguintes aspectos: a) família - número total de pessoas, renda familiar conforme quantidade de pessoas que possuíam algum tipo de remuneração; b) habitação - tipo de residência (taipa, madeira, alvenaria ou outros), se havia fogão, água encanada, banheiro, tipo de iluminação, pagamento ou não de aluguel e/ou impostos, vestuário (gasto mensal). Também foram questionadas as condições de higiene quanto ao uso ou não de calçados, gastos mensais com remédios, médicos e as doenças que mais acometiam os membros da família (Brasil, 1946).

No concernente à alimentação, inicialmente o formulário continha questões a respeito do tipo de alimentação (gêneros alimentícios geralmente utilizados); os preços e a quantidade mensal adquirida; a caracterização da aquisição, devendo ser informado o valor total despendido por mês, incluindo o valor gasto com combustível; além disso, deveria ser mencionado o local de compra dos alimentos (na feira, em vendas, comprados do patrão ou se os alimentos eram adquiridos como parte do pagamento). Também era necessário sinalizar se plantavam alimentos e/ou mantinham animais criados para a alimentação. Por fim, era necessário informar a quantidade de refeições realizadas por dia, respondendo sim ou não para as seguintes refeições: café, almoço, lanche, jantar e ceia (Brasil, 1946).

O censo foi finalizado em 1939. Foram recolhidas 231.675 fichas, com 1.608 perdas. Os estabelecimentos participantes com maior representação foram: comércio, indústria, agricultura, diversos e pecuária. Participaram 101.347 estabelecimentos no total. Foram 98.709 questionários referentes aos salários (tipo 1) e 131.358 sobre condições de vida (tipo 2). Fizeram parte do levantamento 1.017 municípios brasileiros (na época existiam 1.478), perfazendo uma média geral de 68,8%, localizados em todas as regiões do país (Brasil, 1946).

Os estados foram divididos em três zonas. A Zona Norte, constituída pelo Acre, Alagoas, Sergipe, Amazonas, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte. A Zona Sul, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo; e a Zona Centro, com a Bahia, o Distrito Federal, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais. O total de trabalhadores participantes foi de 833.855 e a maioria (189.600) ganhava de Cr\$100,00 a Cr\$150,00 (Brasil, 1946).

O inquérito do SM, com organização estatal e articulação de diferentes órgãos, englobou todo o território nacional, permitindo diferenciar, inclusive, como eram distribuídos os gastos nas capitais e no interior, o que possibilitou uma noção das condições de vida no meio rural, onde se gastava menos com habitação do que nas capitais, enquanto o desembolso com alimentação era consideravelmente maior, chegando a quase 70% da renda (Brasil, 1946). A distribuição da renda em relação aos tipos de despesas (habitação, alimentação, vestuário, farmácia e médico) está resumida no Quadro 2.

Quadro 2 – Dados gerais sobre despesas mensais nas capitais e no interior.

Especificação	Número de pessoas recenseadas	Renda total (Cr\$)	Despesa total (Cr\$)	Porcentagem da despesa em relação à renda (%)
I – Capitais:				
Alimentação	262.864	17.921.826	9.912.063	55,3
Habitação Vestuário	219.766	15.584.227	1.433.421	22,2
Farmácia	213.628	16.052.606	74.219	8,9
Médico	145.044	10.010.159		4,1
	34.894	2.878.002		2,6
II – Interior:				
Alimentação	33.279	14.674.148	10.033.933	68,4
Habitação Vestuário	228.114	11.193.047	1.461.582	13,5
Farmácia	301.078	14.364.387	104.252	10,2
Médico	199.586	9.476.136		4,3
	67.030	3.782.059		2,8

Fonte: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1946).

4. Discussão

Nossos achados não possibilitaram confirmar as afirmativas que dão a Josué de Castro (1935) o papel de pioneiro nesse tipo de investigação (Vasconcelos, 2007; Menezes & Osório, 2009). O trabalho de Souza et al. (1935) pode ter sido o primeiro, uma vez que o levantamento dos dados ocorreu entre os anos de 1932 e 1933, sendo publicado em 1935, enquanto a coleta de Castro (1935) parece ter sido finalizada apenas em 1934 (Del Vecchio & Diéguez, 2009).

No entanto, para além da discussão sobre o pioneirismo de um ou de outros, o fato relevante é que os inquéritos emergiram numa contingência histórica que lhes era favorável, representando a oportunidade para que médicos e sociólogos introduzissem no debate nacional questões políticas e científicas oriundas da Europa. E, ao fazê-lo, eles mesmos passaram a ocupar também posições de disputas no emergente espaço de formulação de políticas de alimentação no Brasil.

Foi possível observar, ainda, que a diferença de formação entre os grupos refletiu nas metodologias adotadas: o uso de questionários pelos médicos (Castro, 1935; Souza et al., 1935), enquanto que os sociólogos inovaram ao introduzir o método de

avaliação com cadernetas; com um acompanhamento dos indivíduos estudados ao invés do registro pontual (Davis, 1935; Lowrie, 1938).

Contudo, a utilização de cadernetas também apresentou limitações (Davis, 1935; Lowrie, 1938), uma vez que os dados obtidos não foram homogêneos, pois nem todas as famílias as preencheram de forma correta e/ou completa, o que dificultou a confiabilidade da análise dos resultados, já que o número de informações disponíveis não foi o mesmo para todas as variáveis estudadas.

Outra diferença foi a opção dos sociólogos pelo uso da média ponderada, a partir da adoção do adulto-equivalente, enquanto os médicos empregaram a média simples, na forma de quantidade *per capita*; representando uma limitação assumida por Souza et al. (1935) ao reconhecerem, por exemplo, que a necessidade de proteínas de uma criança, que está em fase de crescimento, seria maior que a de um adulto.

Em discussões mais contemporâneas, esse tema foi objeto de análise em dois artigos, com um concluindo que a adoção entre os dois métodos era "tecnicamente trivial" (Rocha, 1998); e no outro foi apontado que a quantidade *per capita* pode subestimar as necessidades por não levar em consideração as diferenças de composição nas famílias, enquanto o método por adulto-equivalente permite uma noção maior acerca da distribuição familiar (Claro et al., 2010).

A estratégia de usar a média ponderada para minimizar o efeito da média aritmética simples não era sequer recente. Ela foi introduzida em estudos sobre orçamento por Ernest Engel no século XIX quando, ao questionar a mensuração do "tamanho da família", propôs uma escala de equivalência dotada de uma unidade, o "*Quet*" (em homenagem a Adolphe Quételet). O recém-nascido valia 1 *Quet*. Este valor aumentava em 0,1 *Quet* por ano, até 25 anos para homens e 20 anos para mulheres; de modo que um homem adulto valia 3,5 *Quets* e uma mulher, 3 *Quets* (Desrosières, 2008).

Em relação a população estudada, a opção por investigar trabalhadores só não esteve presente na pesquisa de Souza e colaboradores (1935). E, no caso de Lowrie (1938), houve a opção por uma amostragem mais homogênea ao selecionar apenas uma categoria profissional, os garis.

Quanto às variáveis analisadas, os estudos foram semelhantes, sendo as principais: renda, alimentação, vestuário e habitação; que são as mesmas discutidos em outros países para estabelecer os valores de um salário mínimo ou vital (Halbwachs, 1912); ilustrando assim um encontro de interesses entre os pesquisadores e o Estado.

Independente do instrumento de coleta adotado, foi identificado o que é conhecido como "Lei empírica de Engel": quanto menor a renda, maior o impacto dos gastos de alimentação na despesa familiar (Desrosières, 2008). No entanto, enquanto Davis (1935) afirmou que a renda tendia a diminuir com o aumento do tamanho da família, para Lowrie "[...] a renda tende a crescer com o aumento de tamanho da família, o que é um fenômeno pouco comum." (Lowrie, 1938, p. 302). Essa controvérsia, porém, pode estar relacionada ao método utilizado pelo autor, que limitou a participação de famílias com mais de dois membros que não contribuíssem para a renda.

Em relação à alimentação, foi possível observar uma maior preocupação dos médicos quanto à composição química dos alimentos (teor de energia e distribuição dos nutrientes) (Castro, 1935; Souza et al., 1935), ao passo que os sociólogos se detiveram mais à distribuição dos gastos e qual a posição ocupada pelas despesas com alimentação entre os dispêndios, assim como os grupos alimentares mais consumidos (Davis, 1935; Lowrie, 1938).

Esses diferentes pontos de vista entre médicos e sociólogos foram identificados antes na Europa, com o célebre sociólogo Maurice Halbwachs insistindo na importância de se concentrar menos nos dados fisiológicos do que nos orçamentos e ainda na necessidade de se aproximar o máximo possível "dos hábitos alimentares da classe trabalhadora", que só pode ser fornecido "abordando os próprios trabalhadores por meio de pesquisas de orçamento familiar" (L'huissier, 2017).

Com relação à análise da composição química dos alimentos, Souza e colaboradores (1935), cujo objetivo principal era avaliar o consumo de proteínas e minerais, concluíram que a ingestão de proteínas era insuficiente, sobretudo daquelas de origem

animal, considerada de maior valor biológico. Além disso, apontaram que o consumo de cálcio e ferro era insuficiente, ao passo que a ingestão de fósforo estava adequada. Os autores destacaram ainda que para muitas pessoas a substituição de alguns alimentos por outros poderia sanar o problema da qualidade da alimentação, porém para outras famílias seria necessária uma mudança de padrão de vida, com melhores condições. O valor energético total não foi especificado.

Influenciado pelo médico argentino Pedro Escudero, Castro (1935) adotou uma clivagem separando os alimentos segundo a quantidade - expressa pelo aporte de energia - e a qualidade - inferida a partir do consumo de vitaminas e minerais - chegando à conclusão que o padrão alimentar observado era pobre quanti e qualitativamente. Já Davis (1935) não se deteve a discutir o valor identificado, alegando que o Instituto de Higiene estava realizando estudos mais "dilatados"; mas ressaltou a insuficiência energética em parte das famílias (27%). Lowrie (1938) concluiu que os valores energético e de nutrientes eram adequados para a população estudada, porém havia um déficit no consumo de vegetais.

Quanto ao inquérito para estabelecimento do salário mínimo, não houve cálculo do valor energético consumido pelos trabalhadores, mas sim da porcentagem referente a cada tipo de gasto com os itens que o salário deveria ser capaz de suprir (Brasil, 1946); o que sugere que a dimensão nutricional da alimentação não conseguiu alcançar um status de problema de Estado; prevalecendo o aspecto econômico da questão.

Apenas no início dos anos 1970, sob um novo período ditatorial, é que o Estado se ocupou da dimensão nutricional da população ao conduzir o Estudo Nacional da Despesa Familiar (ENDEF), cuja amostra foi de 55.311 pessoas e envolveu variáveis como peso, altura, consumo alimentar e avaliação da composição química dos alimentos consumidos (Costa & Gigante, 2013). Segundo Minayo (2020), o levantamento serviu para evidenciar a desigualdade social e a desnutrição no país, porém a divulgação dos resultados foi impedida devido ao regime de exceção.

Por fim, os achados indicam os anos 1930 como aquele em que é observada a construção social da alimentação do trabalhador, mais especificamente da classe operária, como um problema do Estado brasileiro mediante a necessidade de fixação do salário mínimo, com os inquéritos sendo, simultaneamente, produto e produtor daquilo que Pinell (2011) designa como a construção do universal.

5. Considerações Finais

Foi possível identificar visões e divisões sobre a alimentação da classe trabalhadora segundo os responsáveis pelos inquéritos: médicos, sociólogos e a burocracia estatal, assim como algumas diferenças metodológicas entre dois desses grupos, um constituído por médicos e o outro, por sociólogos. No caso deste último, foi observada a crescente preocupação com o rigor metodológico empregado, as limitações foram mais explicitadas e, quando possível, corrigidas. Houve também a adoção do adulto-equivalente a fim de se obter uma noção melhor das distribuições dos quesitos avaliados. Além disso, nas pesquisas conduzidas pelos sociólogos, foi introduzido o registro de rendimentos e gastos em cadernetas, dando origem a uma disputa de pontos de vista sobre qual método seria o mais adequado a se utilizar.

Outro ponto relevante observado foi a possibilidade de acompanhar como os estudos que avaliavam a alimentação da população foram crescendo de maneira significativa com o passar da década de 1930, chegando ao inquérito nacional do salário mínimo. Outrossim, constatou-se o maior impacto da alimentação nas despesas das classes operárias e ausência de dispêndios com itens como educação e saúde, independente da localidade pesquisada.

Algumas limitações desta análise documental devem ser pontuadas: por utilizar dados antigos, houve dificuldade para encontrar alguns documentos. Além disso, devido à quantidade elevada de dados, a análise foi mais concentrada em alguns aspectos, como a metodologia adotada em cada trabalho e a posição ocupada pela alimentação nos gastos dos participantes dos inquéritos, do que em outros, como a distribuição energética e de nutrientes consumidos pelas famílias investigadas, o que limita

uma análise mais aprofundada das condições de alimentação e nutrição dos brasileiros à época. Limitações essas que serão objetos de futuras análises.

Os achados apresentados neste artigo são apenas uma fração da dinâmica social que resultou, no Brasil, na criação de um espaço social especializado em nutrição em um período delimitado. Futuros estudos que abordem melhor essa dinâmica, seus agentes, trajetórias, instituições e as condições de possibilidades de sua emergência contribuirão para melhor compreender a história da nutrição brasileira e, por conseguinte, seu próprio presente.

Agradecimentos

Agradecemos aos programas Permanecer e Pibic da Universidade Federal da Bahia que, juntamente com o financiamento do edital Universal do CNPq (2016), viabilizaram a execução da pesquisa em curso e seus produtos.

Referências

- Brasil (1935) *Anais da Assembleia Nacional Constituinte* - Organizados pela redação dos anais e documentos parlamentares. Volume V (23-12-33 a 11-01-34), República dos Estados Unidos do Brasil. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro.
- Bourdieu, P. (2012). *Sur l'État - cours de collège de France: 1989-1992*. Paris, Seuil-Raisons d'agir, 672 p. Politix, 99, 261-264. doi:10.3917/pox.099.0261.
- Brasil (1936). Lei n. 185, de 14 de janeiro de 1936. *Institui as comissões de salário mínimo*. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-185-14-janeiro-1936-398024-publicacaooriginal-1-pl.html>.
- Brasil (1938). Decreto-Lei nº 399, de 30 de abril de 1938. *Aprova o regulamento para execução da Lei nº 185, de 14 de janeiro de 1936, que institui as Comissões de Salário Mínimo*. Coleção de Leis do Brasil. vol. 2. p. 76 Diário Oficial da União.
- Brasil. (1946). Alguns aspectos da política do salário mínimo. *Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho*. S. l. , 205 p.
- Callegaro, C. A. (1982) A procura da generalização da 'Lei de Engel'. *Revista de Administração, [S. l.]*, v. 17, n. 1, p. 49-59. <https://www.revistas.usp.br/rausp/article/view/166796>.
- Camargo, A. P. R. (2011). A demografia no discurso médico-higienista: um estudo baseado no Brasil médico (1887-1900). In: SENRA, Nelson de Castro et al (Orgs). *Em Associação das Américas, as estatísticas públicas como objeto de estudo*. Salvador, SEI. Série Estudos e Pesquisas.
- Castro, J. (1935). As condições de vida da classe operária no Recife - estudo econômico de sua alimentação. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, ano 2, v. 18, p. 167-178.
- Claro, R., M. Levy, R. B., Bandoni, D. H & Mondini, L. (2010) Estimativa domiciliar da disponibilidade calórica per capita versus adulto-equivalente em pesquisa de orçamento familiar. *Cadernos de Saúde Pública* [online]. v. 26, n. 11, p. 2188-2195. doi:10.1590/S0102-311X2010001100020.
- Costa, T. H. M. & Gigante, D. P. (2013). Fatos e perspectivas do primeiro Inquérito Nacional de Alimentação. *Revista de Saúde Pública* [online]. v. 47, suppl 1. pp. 166s-170s. doi: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102013000700002>.
- Davis, H. (1935) Padrão de vida dos operários da cidade de São Paulo. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, ano 2, v. 13, p. 113-166.
- Del Vecchio, A. & Diéguez, C. (2009) A Sociologia Aplicada no Brasil: a importância da ELSP e das pesquisas de padrão de vida em São Paulo. In: 33º Encontro Anual da ANPOCS, de 26 a 30 de outubro de 2009. *Anais do 33º Encontro anual da ANPOCS*.
- Desrosières, A. (2008). *Gouverner par les nombres: L'argument statistique II*. Paris: Presses des Mines. doi: 10.4000/books.pressesmines.341.
- Dourado, D. B. (2020). *Uma contribuição à compreensão do processo de construção social do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) (1936-1940)*. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/3418>.
- Fogagnoli, M. (2018) Muito mais do que se põe no prato: os Arquivos Brasileiros de Nutrição e o projeto de educação alimentar no Brasil (1940-1950). In: encontro internacional e xvii encontro de história da anpuh rio: histórias e parcerias. *Anais do Encontro Internacional e XVII Encontro de História da Anpuh Rio: História e Parcerias*.
- Halbwachs, M. (1912). *La classe ouvrière et les niveaux de vie: recherches sur la hiérarchie des besoins dans les sociétés industrielles contemporaines*. Doctorat, Faculté des Lettres de L'Université de Paris.
- Lhuissier, A. (2017). Des dépenses alimentaires aux niveaux de vie: la contribution de Maurice Halbwachs à la statistique des consommations. *L'Année sociologique*, 67, 47-72. doi:10.3917/anso.171.0047.
- Lowrie, S. (1938). Pesquisa de padrão de vida das famílias dos operários da limpeza pública da municipalidade de São Paulo. In Del Vecchio, A.; Diéguez, C. *As pesquisas sobre o padrão de vida dos trabalhadores da cidade de São Paulo: Horace Davis e Samuel Lowrie, pioneiros da sociologia aplicada no Brasil*. Editora Sociologia e Política, 252 p.

Menezes, R. C. E. & Osório, M.M. (2009). Inquéritos alimentares e nutricionais no Brasil: perspectiva histórica. *Nutrire: Revista da Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição*, São Paulo, SP, v. 34, n. 2, p. 161-177.

Minayo, M. C. de S. (2020). Origem inusitada da pesquisa qualitativa em ciências sociais no Brasil. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* [online]. v. 27, n. 3, pp. 919-932. doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702020000400012>.

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1941). *O Ministério do Trabalho no Estado Novo: Relatório das atividades dos Departamentos, Serviços e Institutos nos anos de 1938, 1939 e 1940*. <http://memoria.bn.br/DocReader/800791/193>.

Moscoso, A. B. (1936) Alimentação do Trabalhador Nacional, *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, ano III, número 27.

Moscoso, A. B. (1939). *Alimentação do trabalhador*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Coleção Serviço de Propaganda e Educação Sanitária, n.6.

Pinell, P. (2011). *Análise sociológica das políticas de saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 252 p.

Pontes, F. S. (2015). *A revolução de 1930 e a industrialização na Era Vargas (1930-1939)*. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Trabalho de Conclusão de Curso. <http://hdl.handle.net/11422/997>.

Rocha, S. (1998). *Renda e pobreza – medidas per capita versus adulto-equivalente*. Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA). Série Monográfica: Texto para Discussão. 15p. <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2487>.

Rodrigues, J. (2009). Por uma história da alimentação na cidade de São Paulo (décadas de 1920 a 1950). *Revista de estudos sociais*, Bogotá, n. 33, p. 118-128. http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0123-885X2009000200011&lng=en&nrm=iso.

Souza, G. H. P. Cintra, A. B. & Carvalho, P. E. (1935) Inquérito sobre a alimentação popular em um bairro de São Paulo. *Boletim do Instituto de Higiene de São Paulo*. Instituto de Higiene de São Paulo – Escola de higiene e saúde pública do estado. Nº 58, 69 p.

Vasconcelos, F. A. G. (2001). Fome, eugenia e constituição do campo da nutrição em Pernambuco: uma análise de Gilberto Freyre, Josué de Castro e Nelson Chaves. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. VIII (2): 315-39. <https://www.scielo.br/pdf/hcsm/v8n2/a02v08n2.pdf>.

Vasconcelos, F. A. G. (2007). Tendências históricas dos estudos dietéticos no Brasil. *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 197-219. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702007000100010&lng=en&nrm=iso.